

Saúde para a mulher que trabalha fora do lar

J. V. SHEFFARD.

Tradução de Ana Rímoli
de Faria Dória

Este artigo, publicado em "Hygéia" abril, 1948, é de autoria de J. V. Sheffard e foi traduzido por Ana Rímoli de Faria Dória, com autorização da "American Medical Association", responsável pela revista acima citada.

No Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro, já é considerável o número de elementos do sexo feminino que exercem atividades fora do lar, engrossando as fileiras dos trabalhadores do país, no comércio, na indústria, nas repartições públicas, nas escolas.

A mulher, entretanto, pela imposição de sua natureza constitucional, vê-se, com frequência, a braços com problemas específicos de saúde que a levam, de certo modo, a pôr em risco, involuntariamente, a eficiência de suas atividades pela perda de tempo (devido às faltas) e a decorrente baixa no rendimento do trabalho.

Os problemas de saúde da mulher americana são os mesmos da mulher brasileira, encarados sob o ponto de vista de suas atividades fora do lar.

O presente trabalho relata a maneira pela qual os Estados Unidos da América vêem e procuram dar solução ao problema.

AS mulheres americanas que trabalharam fora de seus lares durante a guerra e que tão ardente e merecidamente desejaram voltar ao seio calmo de suas respectivas famílias, constituem, ainda hoje, a força de 16 milhões na frente americana de trabalho. Em 1946 em uma família de cada grupo de cinco, o marido e a mulher trabalhavam fora; então, as espôsas que se preparavam para os misteres da maternidade se defrontavam, muitas vezes, com o problema de como as condições de trabalho iriam afetar a sua saúde no período da gestação. Era, mesmo, a pergunta que cada futura mãe fazia a si mesma. Os empregadores estão tomando a si o encargo de resolvê-lo porque essa questão dá origem ao problema da eficiência da mulher no trabalho industrial. A sociedade, por sua vez, deseja, ansiosamente, participar desse esforço uma vez que o assunto tem muito o que ver com o bem-estar de seus preciosos componentes — as mães em perspectiva.

Uma consulta ao gráfico que indica a proporção de mulheres de força trabalhista americana,

desde 1920, revelará uma linha nitidamente ascendente; iniciando-se em 20% nesse mesmo ano, chegou a 25 em 1940 e atingiu 33% durante a guerra. Se a previsão do Bureau de Mulheres do Departamento de Trabalho dos Estados Unidos merecer fé, ou melhor virá se efetivar, haverá mais de 17 milhões de mulheres empregadas, em 1950. De acordo com as estatísticas apresentadas pelo Bureau em 1944-45, três quartos do número total de mulheres então empregadas pretendiam continuar nos seus respectivos postos.

Muito embora as mulheres se tenham revelado tão capazes como os homens no terreno industrial, não deixam, entretanto, de lutar com uma espécie — única, é verdade, de problema que decorre da sua natureza, do seu sexo: o fisiológico. A diminuição da eficiência ou perda de tempo no trabalho devido à gravidez, menstruação ou outros problemas ginecológicos, traz descontentamento não só para a própria trabalhadora como para a companhia ou empresa onde trabalha.

Os empregadores, por isso mesmo, e devido ao número crescente de mulheres que se empregam, estão voltando sua atenção para a assistência médica aos empregados do sexo feminino. A gratidão dos beneficiados e o reconhecimento desse interesse estão redundando em eficiência para a produção.

Já constitui medida popular em muitas indústrias o exame médico "pré-admissão" do trabalhador, com especial ênfase aos problemas de saúde da mulher. O dr. Max Burnell, diretor médico de divisão da General Motors, em Michigan, afirma que tais exames de saúde são tão importantes como a aplicação dos testes de aptidão. Esses exames, entre outras coisas, implicam em perguntas específicas sobre as perturbações mensais e histórico de todas as gestações. E' recomendado o exame pélvico ainda que a mulher-trabalhadora julgue não ter problemas dessa natureza. Se a organização clínica não dispuser de médico ginecologista, a empregada será examinada pelo seu médico de família. No caso de ser encontrada alguma anomalia, a mulher será situada em lugares apropriados, com trabalho adequado para não agravar seu estado. Esses exames são bem aceitos por grande número de mulheres que reconhecem, ao mesmo tempo, as vantagens que acarretam.

O exame médico não auxilia apenas na admissão ao emprego; muitas vezes, pode salvar a vida de

uma criatura que desconhecia certas condições desfavoráveis de seu organismo. Os exames pélvicos focalizam, com frequência, um câncer incipiente, por exemplo, possibilitando, assim, a interrupção da desastrosa marcha desta horrível moléstia. Outras desordens menos sérias mas, que provocam grande desconforto, poderão ser diagnosticadas e corrigidas. O Dr. F. D. Gibson, supervisor médico da "United Aircraft Corporation of Connecticut", descobriu que 30 a 40% das candidatas a emprêgo tinham distúrbios ginecológicos que, frequentemente, provocavam dores nas costas e serviam de focos de infecções. Estas pessoas voltaram ao cuidados dos médicos das respectivas famílias.

Devido aos seus problemas de saúde as mulheres que se empregam, em geral, ausentam-se do trabalho mais frequentemente do que os homens. O Serviço de Saúde Pública dos Estados Unidos relata que a média de ausências da mulher-empregada é de 14 dias por ano enquanto para o homem, é de 8 dias.

As mulheres se ausentam, por doença, em períodos mais curtos do que os homens, com ausências repetidas de 1 dia, o que parece indicar que a responsabilidade desse fato cabe às perturbações menstruais.

Muitas empresas estão despertando para o fato de que, com um pouco de cuidado e prudência, as dificuldades menstruais de suas empregadas deixarão de acarretar prejuízos de tempo no trabalho.

Sempre que houver grande número de mulheres empregadas será conveniente providenciar-se no sentido de lhes proporcionar descanso não somente em quartos preparados com requisitos femininos essenciais (cadeiras, espelhos, penteadeira etc. . .) mas com possibilidade de se deitarem sob os cuidados vigilantes de uma enfermeira. Providências simples como o aquecimento local, a ingestão de uma bebida quente ou simples drogas analgésicas porão muitas empregadas em condições normais para o trabalho em 1 hora ou pouco mais.

Os pequenos distúrbios menstruais assim como outras moléstias do ser humano poderão ser auxiliados, na sua cura, por um melhoramento do estado geral de saúde. Por reconhecer este fato, muitas indústrias se têm empenhado em tornar suas empregadas conscientes dos seus próprios problemas de saúde. Os cartazes, os folhetos e filmes cooperam na instrução das empregadas no que diz respeito a dieta e exercícios adequados. Numa empresa em que as mulheres foram instruídas com relação aos exercícios especializados notou-se radical queda na curva de ausências devidas a causas menstruais.

O Comitê de Saúde das Mulheres de Indústria da "American Medical Association", afirma que os leves distúrbios menstruais podem ser aliviados por dieta adequada e supressão de atividades intensas durante o período que precede à menstruação.

A atitude mental apropriada com relação à menstruação é tão importante como a dieta e

o exercício. Embora a mulher moderna seja muito mais esclarecida sobre esses problemas do que suas avós, ainda existe um número considerável de jovens que sofrem exatamente porque esperam sofrer. O Dr. W. F. Pommerenke, do Departamento de Obstetria e Ginecologia da Escola de Medicina da Universidade de Rochester, tem verificado, em sua longa experiência, que muitos casos difíceis, nesse terreno, podem ser corrigidos dando-se ao paciente algumas aulas elementares de fisiologia feminina. Quando o paciente tiver se convencido, pela educação, de que a menstruação é um processo natural como a digestão, por certo não de desaparecer, em grande parte, a tensão nervosa e os distúrbios.

As mulheres de nível educacional baixo tendem a ser mais fatalistas no tocante aos seus problemas de saúde. Admitem que o sofrimento faz parte da vida da mulher e hesitam em recorrer ao auxílio médico. Muitos médicos do setor industrial expressaram seu assombro frente à relutância das mulheres-empregadas em procurar a orientação médica para as suas perturbações menstruais. Apenas 12% em alguns dos grupos estudados, procuram sempre, sistematicamente, a orientação médica para o seu problema íntimo. Baseando-se nessas observações a "Western Electric Co.", de Chicago, entre outras indústrias, inaugurou campanhas para aumentar a instrução de suas empregadas, do ponto de vista da saúde. Em uma de suas seções foi encontrada, através do exame médico, muito mais alta incidência de desordens femininas entre as mulheres que trabalham nas lojas e armazéns do que entre as que trabalham em escritórios, repartições etc., porém, a curva de ausências foi mais alta para estas últimas. Isto tende a indicar que as empregadas de lojas ou armazéns foram menos capazes de relatar seus males ou de tomar conta de si mesmas, quando doentes.

Um programa de saúde que focalize os pontos da fisiologia feminina, muito fará em benefício das trabalhadoras, aliviando os seus males.

Qual a relação existente entre a atitude (postura) no trabalho e as dores menstruais? Ainda no terreno industrial os médicos afirmam que, por mais estranho que pareça, as empregadas que trabalham muito tempo em pé e realizam tarefas moderadamente ativas sofrem menos nesse período do que as trabalhadoras sedentárias. Em 1942, alguns investigadores ingleses fizeram um estudo com 14.000 membros da "W. A. A. F.". As mais ativas mulheres empregadas como cozinheiras sofriam apreciavelmente menos de dismenorréia do que as telefonistas e escriturárias que trabalhavam sentadas.

E' de importância vital para a mulher-empregada que vai ser mãe a questão da influência do trabalho sobre o seu estado. Nem todas são tão afortunadas como aquela robusta empregada do estaleiro que afirmou ao seu atônito chefe que estaria ausente no dia seguinte porque iria ter um filho. Não é necessário dizer que muito poucas mulheres poderão ser tão felizes como esta jovem amazona.

A dra. Margaret Balfour, que fez um estudo com operárias, verificou uma grande diferença na capacidade de trabalho por parte das gestantes. A Sra. C., com 48 anos de idade, tinha tido 13 filhos. Durante cada gestação ela trabalhava em tempo integral, sempre ativa e entusiasta, regressando ao trabalho 2 meses depois de ter dado à luz.

Todos os filhos estavam vivos e bem, à exceção de um que morreu num acidente. Já a Sra. W., trabalhou até uma semana antes do bebê nascer e era cronicamente doente e fatigada. Seu filho morreu logo depois do nascimento. O temperamento e saúde geral da mulher decidem se ela poderá ou não trabalhar com êxito, quando em gestação. Cerca de 2/3 dos pacientes da dra. Balfour afirmaram que o trabalho não afetou negativamente sua gestação, porém, 1/3 queixou-se da fadiga crônica.

Muitas indústrias põem em prática o sistema da dispensa da empregada logo que se instala a gravidez. Atualmente essa medida mais prejudica que beneficia; isto porque as gestantes ocultam o seu estado e continuam a trabalhar, correndo sérios riscos. O perigo de aborto é maior durante os primeiros três meses e é justamente o período em que a mulher pode ocultar essa condição. Se ela for colocada em ocupação adequada, poderá continuar a trabalhar e o empregador não perderá, assim, um bom empregado.

Os obstetras em geral concordam em que o tipo conveniente de trabalho é hoje em dia benéfico à gestante. O médico poderá supervisionar, pessoalmente, a colocação de cada gestante no trabalho.

O Bureau Feminino do Departamento de Trabalho dos Estados Unidos divulgou as seguintes recomendações, tentando atender às condições higiênicas de trabalho das gestantes:

1. Cuidados médicos no período pré-natal. Se a empresa não estiver aparelhada para atender a essa exigência, os departamentos de saúde locais devem ser persuadidos a estabelecer clínicas pré-natais.
2. A gestante não deverá trabalhar no período compreendido entre 24 horas e 6 horas da manhã ou em lugares em que os hábitos de alimentação e sono tenham que se alterar. Deve trabalhar somente 8 horas por dia, 48 por semana.
3. Deve ter permissão de descanso de 10 minutos após cada mudança de atividade.
4. Não deverá levantar pesos ou permanecer continuamente em pé. Deverá alternar os períodos de trabalho em pé e sentada.
5. Devido ao fato de as gestantes estarem aptas a se tornarem cada vez mais "pesadas" (por força de seu próprio estado) não se deve esperar delas uma boa realização de trabalhos que exijam um bom senso de equilíbrio. Não deverão lidar com substâncias ou produtos químicos tóxicos.
6. E' aconselhável o afastamento da gestante por seis semanas para o nascimento do bebê.

Infelizmente, não existe, em nossos dias, adequada proteção legal à futura mãe, quando empregada. Somente seis Estados têm leis que regulam,

de certo modo, as condições para tais casos e mesmo nesses Estados as leis não satisfazem integralmente. Massachusetts, Connecticut, Vermont e Missouri legislam sobre o período de tempo em que a gestante pode trabalhar, antes do parto. Estes quatro Estados, acrescidos de Washington e New York, também especificam o período de ausência do trabalho no período post-natal. Nada estabelecem, entretanto, com relação aos benefícios médicos, de salário, horas de trabalho ou proteção contra perigosas condições de trabalho.

Terá, a mulher-empregada, oportunidades de dar cumprimento à finalidade máxima de sua vida, levando a cabo com êxito a geração de um filho? Quais?

Conquanto não se tenham realizado estudos suficientes neste importante terreno, as estatísticas indicam que não há maior número de abortos entre as mulheres-empregadas do que entre as donas de casa, em classes econômicas comparáveis. Em 1943, a dra. Charlotte Silverman, do Bureau de Crianças dos Estados Unidos, investigou 70 empresas que empregavam 250.000 mulheres. Em todas elas houve somente um caso de aborto evidentemente atribuível a condições de trabalho. O Dr. C. O. Sappington, um eminente higienista do campo industrial, apresentou dados semelhantes. Numa empresa típica, onde existiam 25.000 empregados do sexo feminino, houve apenas um aborto acidental em 25 anos.

A Dra. Balfour, nos seus estudos realizados em fábricas inglesas, comparou mães da mesma classe econômica, empregadas, com as que o não eram. Não encontrou ela diferenças significativas no número de nascimentos prematuros nos dois grupos, quando as que iam ter filho cessavam de trabalhar no fim do 6.º mês de gestação. Entre aquelas que seguiam além do 6.º mês trabalhando, houve um grande número de casos de nascimentos prematuros. Em 1944, a Dra. Balfour fez um cuidadoso estudo com pacientes que trabalhavam em solda, perfuração e junção de pequenas peças de metal, numa fábrica. 90 delas foram acompanhadas com carinho numa clínica ante-natal. Nenhuma revelou qualquer anomalia de saúde devida às condições de trabalho.

Os únicos problemas fisiológicos da mulher, indubitavelmente, limitam as espécies de trabalho que ela possa realizar. Se, porém, premidas pela necessidade econômica as mulheres tiverem que trabalhar fora de seus lares, não deverão recear que o trabalho — no emprego — afete seus problemas de saúde, uma vez que lhes seja concedido um trabalho adequado à sua situação. Como poderão auxiliar-se mutuamente, no sentido de obter melhores condições de trabalho? Através das agências oficiais tais como o Bureau Feminino dos Estados Unidos que dirige sua atenção, constantemente, para o melhoramento das condições de trabalho das jovens; pela cooperação com os superiores no caso de a empresa dispor de um programa médico.

Os trabalhadores e a indústria receberão recíprocos benefícios se um mais inteligente tratamento for dado aos problemas de saúde da mulher que trabalha fora de sua casa.